

Dois comentários sobre *Franquismo, cúmplice do Holocausto*, de Eduardo Martín de Pozuelo¹

Two comments on “Franco’s regime, accomplice to the Holocaust”,
by Eduardo Martín de Pozuelo

COMENTÁRIO 1 A grande impostura²

XAVIER CASALS

Doutor em História pela Universidade de Barcelona. Ex-bolsista e técnico de nível superior do Institut de Ciències Polítiques e também ex-bolsista da Fundació Jaume Bofill. Docente da Universitat Rovira i Virgili, Universitat Oberta de Catalunya, da Universitat Autònoma de Barcelona, entre outras

Traduzido do espanhol por Ângela Doris Teixeira Carvalho e revisado por Rafael Bán Jacobsen

“A ESPANHA, IMBUÍDA COM O SEU ESPÍRITO CRISTÃO E AMOR UNIVERSAL PARA TODAS as raças da terra, contribuiu para o resgate de judeus e procedeu mais pelo interesse espiritual do que por razões políticas ou simplesmente legais”, afirmou o representante de Franco na ONU, em 1949. No entanto, sua declaração era um acúmulo de mentiras.

De fato, se milhares de fugitivos do nazismo se salvaram sob bandeira espanhola durante a guerra (podem ter sido 35.000), isso foi graças às pressões internacionais que o ditador recebeu e a um punhado de diplomatas que agiram por sua conta e risco, em vários países europeus, acolhendo os perseguidos. Na verdade, Franco queria uma Espanha *judenrein*, ou “purificada de judeus”, permitindo a sua aniquilação. Derrotado o Eixo, para se legitimar perante os Aliados, o autocrata não hesitou em apresentar como seu o trabalho feito por seus dedicados representantes. Agora, o renomado jornalista investigativo Eduardo Martín de Pozuelo (nascido em La Jonquera, em 1952) descreve os pormenores desta ação cínica em *Franquismo, cúmplice do Holocausto*, recorrendo a documentos desclassificados em arquivos estadunidenses, holandeses e britânicos.

A conexão Franco-Hitler

A política de Franco em relação aos judeus conheceu uma mudança de rumo. Em novembro de 1940, seu governo estava interessado no destino dos *sefaraditas* da França, o que fez os nazistas pensarem que “os espanhóis têm um grande interesse em proteger os judeus de cidadania Espanhola”. No entanto, isso era uma miragem, porque o regime logo se tornou antissemita, deixando confusos os próprios alemães. E, quando intercedeu posteriormente por alguns judeus, a Espanha o fez “tarde, mal, em voz baixa e sem o uso dos recursos diplomáticos disponíveis”. Além disso, Madri “reivindicou a Berlim os bens materiais dos deportados, aqueles a quem negara o pão e o sal”, o que fazia da ditadura cúmplice do genocídio.

Por que Franco agiu desse modo? Possivelmente por duas razões, diz o autor. Primeiro, por sua crença de que os judeus que acolhera seriam simpatizantes dos Aliados e alimentariam sua oposição interna, e, em segundo lugar, pelo estreito alinhamento do regime com a Alemanha. E, neste sentido, Martín de Pozuelo cogita, de modo plausível, que o golpe de 1936 foi concebido quatro anos antes, estimulado pelos nazistas de Heinrich Himmler.

Assim, Barcelona teria sido o “centro de agitação em favor do nazismo mais importante da Espanha”, e ali agentes hitleristas teriam feito contato com o capitão Luis López Varela, então o homem de confiança do general Emilio Mola e um dos militares rebeldes de 1936. Para o autor, as relações entre ativistas alemães e autoridades espanholas, anteriores ao levante, explicariam o fato de que, quando este começou, Franco recebeu uma generosa ajuda militar da Alemanha com surpreendente rapidez. Com a colaboração hitleriana anterior ao golpe, “os laços hispano-nazistas

se tornaram indissolúveis”, criando as bases para uma cumplicidade genocida.

Olhando sob o tapete

O livro também aborda outros aspectos do franquismo e da Transição, como o esforço do Rei para acalmar os militares inquietos por causa das mudanças, seu desgosto ao saber que Adolfo Suárez seria candidato em 1977 (temendo que seu fracasso eleitoral comprometesse a Coroa) ou a definição do futuro monarca feita por Manuel Fraga: “um escoteiro, mas sincero e inteligente”.

O resultado é um ensaio ágil e sólido, que combina com sucesso divulgação e pesquisa. Impacta ao desmistificar a impostura de Franco com relação aos judeus e é sugestivo ao cogitar uma influência nazista na rebelião de 1936. E, embora mostre a miséria que o franquismo manteve sob o tapete, traz à tona a grandeza de seus diplomatas que, desafiando Madri e Berlim, salvaram milhares de judeus. É, definitivamente, uma leitura mais que recomendável.

COMENTÁRIO 2 Franco e o extermínio³

EDUARDO MARTÍN DE POZUELO

Jornalista, redator chefe do jornal *La Vanguardia*. Coursou a Facultad de Ciencias de la Información em Madrid e Barcelona. Coordenador da área informativa de Terrorismo do jornal *La Vanguardia*

Traduzido do espanhol por Ângela Doris Teixeira Carvalho e revisado por Rafael Bán Jacobsen

DURANTE TODA SUA VIDA, FRANCISCO FRANCO SE REPORTOU A UM ABSTRATO PERIGO judaico (maçônico e comunista também) como o maior inimigo da Espanha após sua vitória na guerra civil de 1936-1939. Obcecado com essa ideia até o fim dos seus dias, o *Caudillo* se referiu uma vez mais aos judeus em seu último discurso, em 01 de outubro de 1975, pouco antes de morrer. Tão insistente foi Franco com sua obsessão sobre uma “conspiração judaico-maçônica” que a tudo destruiu, que a expressão ficou grava-

da na mente dos espanhóis como um bordão engraçado da retórica obsessiva do *Generalísimo*, à qual mesmo muitos franquistas não prestavam a atenção. Os anos e os descaminhos da história fizeram com que o antissemitismo de Franco se dissolvesse como açúcar na patética frase já referida. No entanto, é óbvio que, em seus discursos inflamados, Franco não deixou de se mostrar antissemita, mas nunca revelou que seu ódio e seu temor haviam tido, durante a Segunda Guerra Mundial, uma repercussão criminosa somente descoberta graças ao conteúdo de dezenas de documentos secretos desclassificados, encontrados nos arquivos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Holanda.

Até agora ninguém pensava em Franco quando se falava do holocausto, como se a Espanha pró-nazismo do princípio dos anos quarenta, claramente desenhada pelos documentos que um dia foram secretos, tivesse observado de longe como a Alemanha nazista deportava e assassinava milhões de judeus e outras minorias. Mas a realidade espantosa que aflora nos documentos citados mostra que Franco poderia ter salvado milhões de judeus, mas preferiu deixá-los morrer, apesar de reiterados ultimatos alemães que lhe advertiam sobre as medidas extremas (leia-se extermínio) de que seriam vítimas caso a sua Espanha não aceitasse acolhê-los.

O corolário da investigação documental compilada no livro que a *Revista Magazine* adianta tem vários pontos essenciais; o primeiro é que ficam apenas algumas dúvidas sobre se os nazistas incentivaram o golpe de Estado de julho de 1936, o qual não deixariam de apoiar até a vitória em 1939. Como consequência do apoio alemão, Franco – que, em essência, era autocentrado, ou seja, franquista – inclinou dramaticamente os destinos de Espanha para o lado Alemão, e não para o Italiano, o que permite afirmar que a natureza do franquismo era muito mais nazista que fascista.

De fato, após a vitória nacionalista na Guerra Civil, o Terceiro Reich desembarcou com armas e bagagens na Espanha, com uma profusão de recursos materiais e humanos infinitamente superior à de qualquer outro país que se veria envolvido na iminente guerra mundial. Como consequência, os alemães influenciaram em toda a política e na economia espanholas, incluindo a imprensa, e, uma vez iniciada a Segunda Guerra Mundial, as relações entre a cúpula do nazismo e Franco e seus ministros foi muito estreita, e a nova Alemanha, cujo império tinha que durar mil anos, teve uma sofisticada troca de favores com o *Generalísimo*. Esta deferência se traduziu na oferta nazista para assumir os judeus espanhóis espalhados por toda Europa, os quais tinham planejado assassinar industrialmente. Mas Franco, sabendo o que iria acontecer, bem informado pelos embaixadores espanhóis, testemunhas excepcionais das deportações, não salvou os judeus. Assim, a ditadura espanhola tornou-se cúmplice ativa do holocausto.

A oferta nazista de enviar à Espanha os *spanischer Juden* (judeus espanhóis) como eram chamados os judeus pelos nazistas em todos seus documentos, não consistiu em uma ocorrência anedótica que logo caiu no esquecimento. Foi um tema de grande importância, que gerou centenas de documentos, telegramas, ordens e contraordens procedentes do *departamento de assuntos judaicos* do Ministério de Assuntos Exteriores Alemão, da Embaixada da Alemanha em Madri e do Ministério de Assuntos Exteriores Espanhol. E, tratando-o como um amigo muito especial, o Terceiro Reich ofereceu a Franco a entrega dos judeus, repetidas vezes, por escrito e por comunicação diplomática verbal com insistência dos embaixadores alemães. Tanto se esmeraram com seu amigo espanhol, que os nazistas mantiveram presos muitos judeus, sem deportá-los, à espera de uma resposta positiva de

Franco que nunca chegou. Enquanto isso, os alemães ampliaram, por sua própria iniciativa, o prazo limite de entrega (março e abril de 1943) para dar tempo a uma resposta de Franco.

Um resumo parcial do que se sucedeu devemos a Eberhard von Thadden, ligação entre Von Ribbentrop (ministro de Relações Exteriores) e Adolf Eichmann (responsável pelas deportações), em um comunicado cifrado que enviou em 27 de dezembro de 1943 para sua embaixada em Madri: "O governo espanhol insistiu, durante as negociações que houve entre 1942 e fevereiro de 1943, que não estava interessado nos judeus espanhóis. Mais tarde, autorizou-se (por parte da Alemanha) repatriar todos os judeus espanhóis. A Espanha, repetidamente, não cumpriu o prazo para seu retorno. (...) No entanto, por precaução, a expulsão dos judeus espanhóis não começou até 16 de novembro. Por favor, explique inequivocamente a situação ao governo espanhol e reforce que o governo do Reich fez o possível para resolver o problema amigavelmente e evitar dificuldades. E o fizemos levando em consideração a nacionalidade espanhola (dos judeus), apesar de que se pode assumir como fato que todos os judeus têm uma atitude antialemã."

A oferta nazista continha certa piedade com os judeus *sefaraditas*? Não, não era isso. Era a deferência ao amigo e, também, uma medida para reduzir os custos do extermínio. Isto é, antes de seguir adiante para aplicar, em toda sua extensão, a *solução final*, o governo do Reich deu a oportunidade ao amigo Franco de decidir sobre a sorte dos *spanischer Juden*, de tal maneira que, se ele os acolhesse para tomar suas próprias medidas contra eles – como supunham que aconteceria –, a operação nazista de extermínio humano seria substancialmente reduzida.

Talvez outra das perguntas que estes acontecimentos sugerem seja: por que Franco se mostrou

tão insensível e antissemita? Os documentos achados dão somente resposta parcial a essa questão. Existem dezenas de papéis que tratam deste tema e o analisam, e alguns deles insinuam alguma explicação para essa pergunta. Por exemplo, o telegrama cifrado de 22 de fevereiro de 1943 escrito pelo embaixador Hans von Moltke, que tinha acabado de insistir, mais uma vez, ante o governo espanhol e informava a Berlim que "o governo espanhol decidiu não permitir, em nenhum caso, a volta à Espanha dos espanhóis de raça judia que vivem em territórios sob jurisdição alemã", acrescentando, mais adiante, que "o governo espanhol abandonará os judeus de nacionalidade espanhola ao seu destino.". E, após outras considerações, escreveu o seguinte: "O diretor geral (refere-se ao diplomata espanhol José Maria Doussinague) comentou que estes judeus seriam provavelmente mais perigosos na Espanha do que em outros países, porque os agentes americanos e ingleses os capturariam em seguida para utilizá-los como propagandistas a aliança do Eixo, em especial contra a Alemanha. Além disso, o Sr. Doussinague não mostrou muito interesse no assunto. Rogo novas ordens. Assinado: Moltke".

A ninguém pode passar despercebido que, nesse pequeno texto, evidencia-se que, aos olhos franquistas, os judeus eram muito "perigosos", em sintonia com a ideia de Eberhard von Thadden reproduzida umas linhas antes, considerando que um judeu, pelo fato de ser judeu, já era antialemão. E um detalhe mais a ressaltar: nos comentários Doussinague a que Moltke se refere, percebe-se, claramente, que, nas altas esferas da ditadura franquista, não se acreditava na neutralidade espanhola durante a Segunda Guerra Mundial, pois o diplomata espanhol não teve dúvidas em situar "americanos e ingleses" como inimigos.

O regime sintonizava-se totalmente com Ber-

lim, e, apesar dos reiterados ultimatos alemães – obviamente secretos – que advertiam explicitamente o governo espanhol das medidas extremas de que seria objeto o coletivo judeu, Franco se opôs a salvá-los, mas não se esqueceu de reclamar suas propriedades e o dinheiro dos aniquilados, considerados, portanto, cidadãos espanhóis. Dir-se-ia que é o documento que delata um regime. É da embaixada espanhola em Berlim, e o parágrafo em questão é o seguinte: “(...) a embaixada espanhola solicita ao Ministério de Assuntos Exteriores (alemão) que intervenha ante as autoridades competentes para explicar que os bens dos judeus espanhóis deixados para trás quando saíram da França, da Bélgica e dos Países Baixos serão administrados pelos cônsules espanhóis ou representantes de Espanha e que devem ficar em sua posse por se tratar de bens dos súditos espanhóis e, portanto, serem um bem nacional da Espanha. Berlim, 25 de fevereiro de 1943”.

Essa história tem outra faceta trágica, mas muito honrosa. Enquanto se realizavam as deportações e a Espanha negava o pão e o sal a milhões de seres humanos, alguns horrorizados diplomatas espanhóis atuavam por sua conta e contra as ordens vindas de Madri. Falsificaram documentos e conseguiram salvar centenas de pessoas. Todos alertaram Madri sobre o genocídio em telegramas secretos, e dois deles, Ángel Sanz Briz, de Budapeste (Hungria), e Julio Palencia, da diplomacia da Espanha em Sofia (Bulgária), foram brutalmente explícitos em suas mensagens. O primeiro, conhecedor do chamado “protocolo de Auschwitz”, avisou das matanças em câmaras de gás, e o segundo, testemunha presencial desde sua embaixada, escreveu a Madri, avisando da catástrofe humana. Júlio Palencia redigiu, com o respeito de um funcionário em uma ditadura, várias cartas que enviou ao seu ministro e cuja leitura emociona até a pessoa mais

empedernida “... se, por acaso, V. Ex.^a considera digna de ser tomada em consideração minha sugestão... tenha em conta conceder-me certa flexibilidade para... conceder vistos a israelitas, não importando a nacionalidade ou condição... pois os judeus estão sendo vítimas de perseguições tão cruéis e sangrentas que a pessoa mais ponderada e fria se espanta ao contemplar as injustiças e os horrores que estas autoridades vêm cometendo...”, dizia uma carta de Palencia, em 14 de setembro de 1942. O ministro não autorizou os vistos que Palencia solicitou, e ele, desesperado, chegou a adotar dois jovens judeus para salvá-los da morte. Três anos depois, quando a guerra mundial mudou de rumo e os aliados pressionaram Franco, este se apropriou dos atos heroicos destes diplomatas para ganhar a benevolência dos vencedores.

Passaram anos, Franco morreu na cama, e o jovem Juan Carlos manobrou em segredo a favor da democracia, sob o olhar vigilante dos serviços de inteligência europeus e estadunidense. Com suas manobras, muitas em convivência com Adolfo Suárez, consta, na documentação encontrada, que Juan Carlos foi até o limite do possível para deixar para trás aquele passado tão obscuro, aqui descrito em uma pincelada. Era a transição, a mudança.

Os serviços secretos ocidentais tomaram nota de tudo, até de como Adolfo Suárez apontou, em quatro páginas que entregou ao Rei, o tempo da transição, que cumpriu às pressas, contra ventos e marés. O livro explica. E, um pouco depois, já com uma Espanha nova, Don Juan Carlos seria o primeiro Chefe de Estado espanhol a prestar homenagem às vítimas do Holocausto no Yad Vashem, em Israel, afastando-se do terrível legado histórico de Franco e de Isabel, a Católica, rainha espanhola mais admirada pelos nazistas, à qual dedicaram vários relatórios que provocariam risos, se por trás deles não houvesse um massacre de proporções colossais.

Mas nem tudo que foi oculto se refere à Espanha. Os aliados também têm algo para explicar. Uma mensagem secreta de Sir Harold MacMichael, alto comissário britânico para o protetorado da Palestina, enviada no dia 15 de junho de 1944 a Sir Anthony Eden, então ministro de Relações Exteriores do Reino Unido e futuro Primeiro Ministro, diz entre outras coisas: “Os nazistas têm a esperança de obter algum favor aos olhos aliados pelo feito de não matar agora dois milhões de judeus, pois acreditam que isso ajudará a esquecer que já mataram seis milhões de judeus”. Lido de outra forma: em plena guerra, como Franco, os aliados sabiam perfeitamente o que estava acontecendo nos campos de extermínio. A pergunta é óbvia: o que fizeram para evitar?

NOTAS

1 Obra resenhada: “El franquismo, cómplice del Holocausto. Y otros episodios desconocidos de la dictadura (Los secretos del franquismo II)”, de Eduardo Martín de Pozuelo (Libros de Vanguardia, 264 páginas).

2 Este texto foi publicado anteriormente: CASALS, X. La gran impostura. *La Vanguardia (Cultura/s)*, Barcelona, p. 11, 10 out. 2012.

3 Este texto foi publicado anteriormente: POZUELO, E. M. Franco y el exterminio. *Magazine – La Vanguardia*, p. 28, 23 set. 2012.